
Análise dos resultados

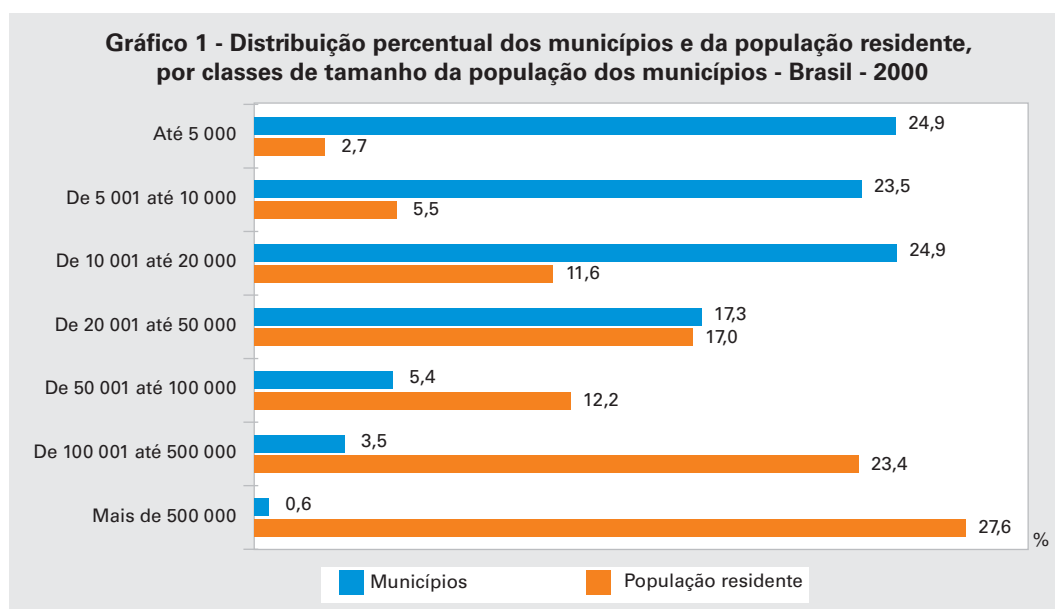
A crescente importância que os municípios brasileiros vem assumindo na formulação de políticas públicas e na alocação de recursos em favor dos segmentos populacionais considerados prioritários, requer, cada vez mais, a disponibilidade de indicadores desagregados que permitam captar a extrema variedade de situações que o País apresenta. A análise desse conjunto de indicadores contribui para o entendimento da realidade social brasileira e de seus processos de mudança, identificando carências e permitindo o estabelecimento de objetivos e prioridades sociais.

Nesse sentido, a partir das informações obtidas no questionário da amostra do Censo Demográfico 2000, foram construídos indicadores sociais para cada um dos municípios brasileiros, listados e organizados por Unidades da Federação e classes de tamanho populacional. A malha municipal utilizada foi a de 2001, na qual a extensão territorial brasileira está administrativamente dividida em 5 560 municípios¹, que apresentam uma grande diversidade de recursos naturais e variações climáticas, situações econômica, social e política. Na última década, houve um expressivo crescimento do número de municípios, resultado da intensa urbanização ocorrida no País, da expansão do povoamento no interior e da filosofia de descentralização administrativa implementada desde a Constituição Federal de 1988. Tal crescimento acarretou uma série de demandas sociais e de serviços específicos de infra-estrutura para atender às necessidades da população.

¹ Esse número difere dos 5 561 municípios divulgados pelo IBGE, em 2002, na publicação Indicadores sociais municipais 2000: Brasil, visto que o Município de Pinto Bandeira foi reanexado ao Município de Bento Gonçalves.

A grande maioria dos municípios criados entre 1991 e 2001 não ultrapassa o limite de 5 000 habitantes, representando 57% do total dos municípios novos no período. Entre 5 000 e 10 000 habitantes, foram criados 280 (26,2% do total) e na faixa de 10 000 a 20 000 residentes, encontram-se 13% dos novos municípios. Logo, cerca de 96% dos municípios criados entre 1991 e 2000 possuem até 20 000 habitantes. Cabe lembrar que municípios acima deste porte populacional são obrigados pela Constituição de 1988 a ter um plano diretor para administrar os recursos do Fundo de Participação dos Municípios².

Em relação ao conjunto dos 5 560 municípios existentes em 2001, observa-se que a maioria (73,3%) possuía até 20 000 habitantes. Todavia, a comparação com a distribuição percentual das quase 170 milhões de pessoas residentes no País pelos portes populacionais mostra que, nessa classe de tamanho populacional, residiam menos de 20% da população brasileira. Em contraste, embora apenas 4,1% dos municípios brasileiros possuíssem mais de 100 000 habitantes, estes abrangiam mais da metade da população (Gráfico 1).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

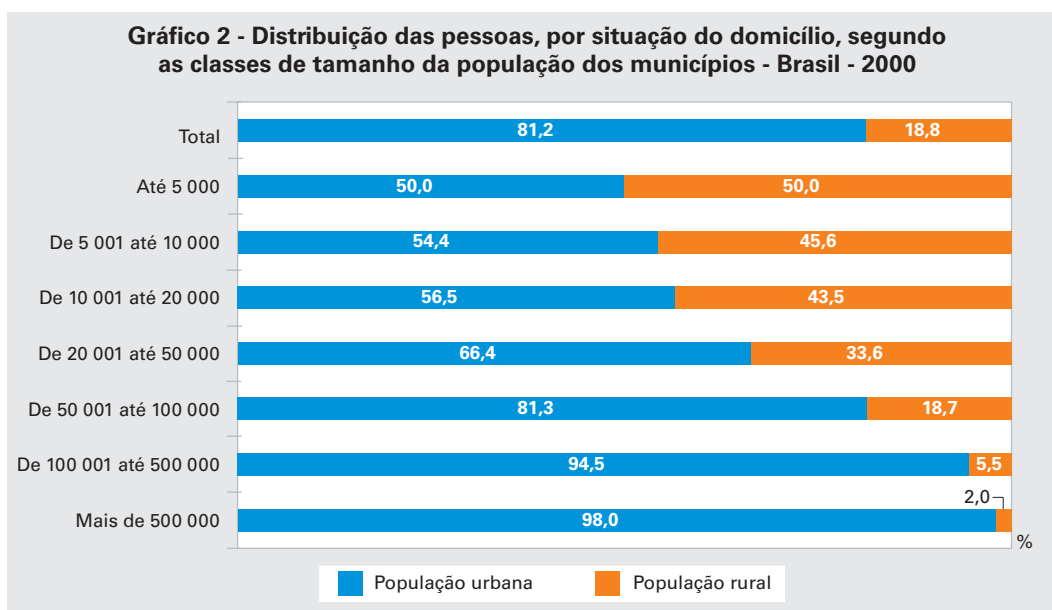
A opção pela análise comparativa entre as classes de tamanho de população é uma tentativa de abarcar a diversidade socioeconômica, encontrada entre os municípios brasileiros, procurando estabelecer parâmetros sobre as dimensões não só do mercado de trabalho, como da oferta de serviços e das condições gerais de vida da população. Embora a suposição de que o tamanho populacional seja um indicador importante para a caracterização da identidade municipal, não se pode deixar de mencionar que determinadas características geográficas ou econômicas podem ser independentes do tamanho dos municípios.

² O Fundo de Participação dos Municípios é um instrumento de repasse constitucional de recursos federais para os municípios brasileiros.

Os indicadores foram construídos de forma a traçar um perfil destes municípios e, em particular, na análise desenvolvida para o Brasil, um perfil de cada porte populacional, considerando algumas características demográficas clássicas, como a distribuição por situação do domicílio, naturalidade, grupos de idade e cor. Além disso, como forma de complementação e enriquecimento do estudo, serão analisados alguns indicadores educacionais e de inserção no mercado de trabalho. Vale ressaltar que a captação dessas informações em nível municipal só é possível por ocasião de realização dos Censos Demográficos, que têm periodicidade decenal.

Aspectos demográficos

Conforme mencionado anteriormente, o Brasil vem passando por um processo contínuo de intensa urbanização. Entre 1991 e 2000, o grau de urbanização da população brasileira passou de 75,6% para 81,2%. Todavia, a intensidade desse processo atinge diferenciadamente os municípios, com a urbanização aumentando sistematicamente como o porte populacional. Nos municípios com até 20 000 habitantes, a proporção de pessoas que residiam em áreas consideradas urbanas oscilou entre 50% e 57%. Já nos municípios maiores (mais de 500 000 habitantes), o peso da população rural era de apenas 2% (Gráfico 2).



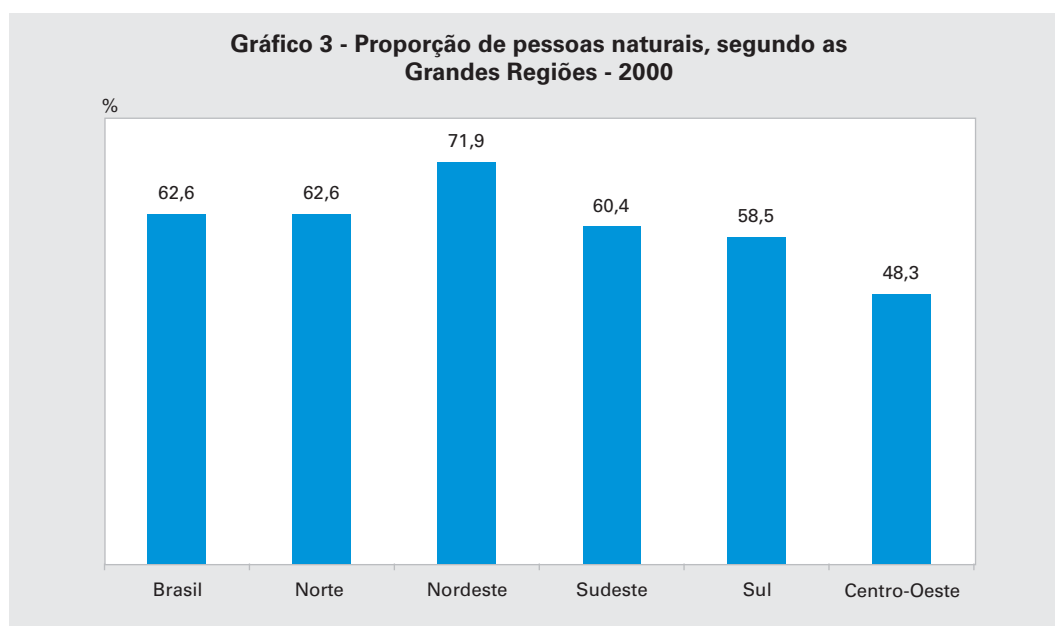
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

O indicador “proporção de pessoas naturais” nos fornece a informação do contingente de pessoas que haviam nascido e residiam no município. Do total da população brasileira, 62,6% eram pessoas naturais do município e, por conseguinte, 37,4% da população era composta por imigrantes.

A análise deste indicador a partir dos portes populacionais mostra que, em geral, a proporção de naturais tende a ser maior nos municípios menores, especialmente nos municípios com até 50 000 habitantes. A migração pode se

dar em função de diversos aspectos, mas, principalmente, em função da natureza do próprio processo de desenvolvimento econômico e social, em termos de oportunidades de emprego e oferta de serviços (saúde, educação, entre outros). Assim, municípios com menores proporções de pessoas naturais são, em geral, pólos de atração de imigrantes em busca de melhores condições de vida.

Tal comportamento pode ser claramente verificado na Região Sul, onde os municípios menores têm um percentual de naturais bem mais elevado do que nos maiores. A Região Centro-Oeste apresenta o menor percentual de naturais, tendo em vista o peso significativo do Distrito Federal naquela área (Gráfico 3).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Cor

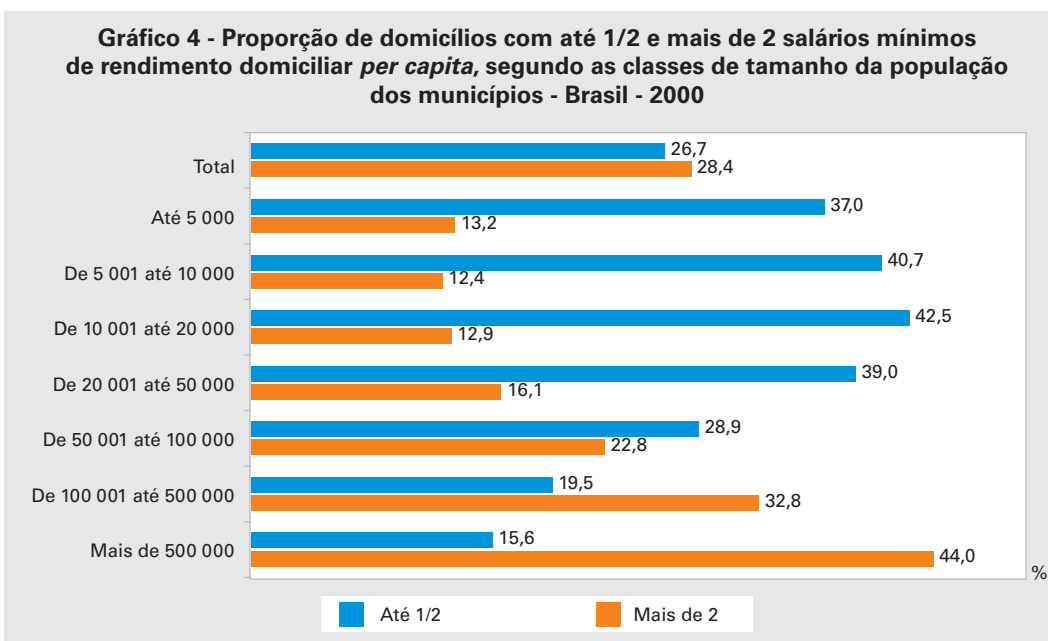
As informações censitárias se configuram, ainda, como a principal fonte de dados sobre a distribuição da população brasileira segundo suas características de cor. As categorias utilizadas, pelo IBGE, no quesito cor incluem branca, parda, preta e amarela. A partir do Censo Demográfico 1991, acrescentou-se a categoria indígena às já utilizadas, agregando o termo "raça" na formulação do quesito, além da referência à "cor", em virtude da apreciação de que a categoria indígena pertenceria a esta ordem de classificação. Vale ressaltar que é o entrevistado que realiza sua autoclassificação.

A distribuição da população por cor no Brasil não sofreu grandes alterações nas últimas décadas e é consistente com a estrutura histórica da formação e composição por cor da sociedade brasileira, evidenciando o maior peso da população que se declara branca, 53,7%, enquanto a proporção de pessoas de cor parda foi de 38,5% e de 6,2% para a cor preta. Os indígenas e os de cor amarela estão próximos de 1%. Em termos regionais, a população branca está mais concentrada no Sul e Sudeste, a parda no Norte e Nordeste, e a preta no Nordeste e Sudeste, obedecendo, de certa forma, aos padrões históricos de ocupação no País. A distribuição segundo o porte populacional está muito relacionada a características regionais.

Características dos domicílios

As informações do Censo Demográfico permitem ainda avaliar a qualidade de vida da população por diversos aspectos e, em particular, por meio da análise das condições de moradia. Nesse sentido, o rendimento domiciliar *per capita* é um indicador considerado de extrema relevância, na medida em que não só o nível de renda é um fator preponderante na determinação do bem-estar das pessoas, como também se constata que é no interior dos arranjos domiciliares que são tomadas as decisões de consumo e definidas as possibilidades de utilização dos rendimentos auferidos pelos membros domiciliares tomados em seu conjunto³.

No Brasil, segundo o Censo Demográfico 2000, 26,7% dos domicílios possuíam rendimento domiciliar *per capita* até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, em contraste com os 28,4% cujo rendimento era superior a dois salários mínimos. Nos municípios menores (até 20 000 habitantes), verifica-se um peso maior ainda dos domicílios mais pobres, variando entre 37,0% e 42,5%. No caso dos domicílios com rendimentos acima de dois salários mínimos, as variações segundo o porte são ainda mais significativas: de 13,2% nos municípios de até 5 000 habitantes para 44,0% nos municípios com população acima de 500 000 habitantes. Vale ressaltar a grande diferença entre os extremos de rendimento domiciliar verificada em todas as regiões do País revelando uma associação positiva entre tamanho da população e rendimento domiciliar *per capita* (Gráfico 4).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

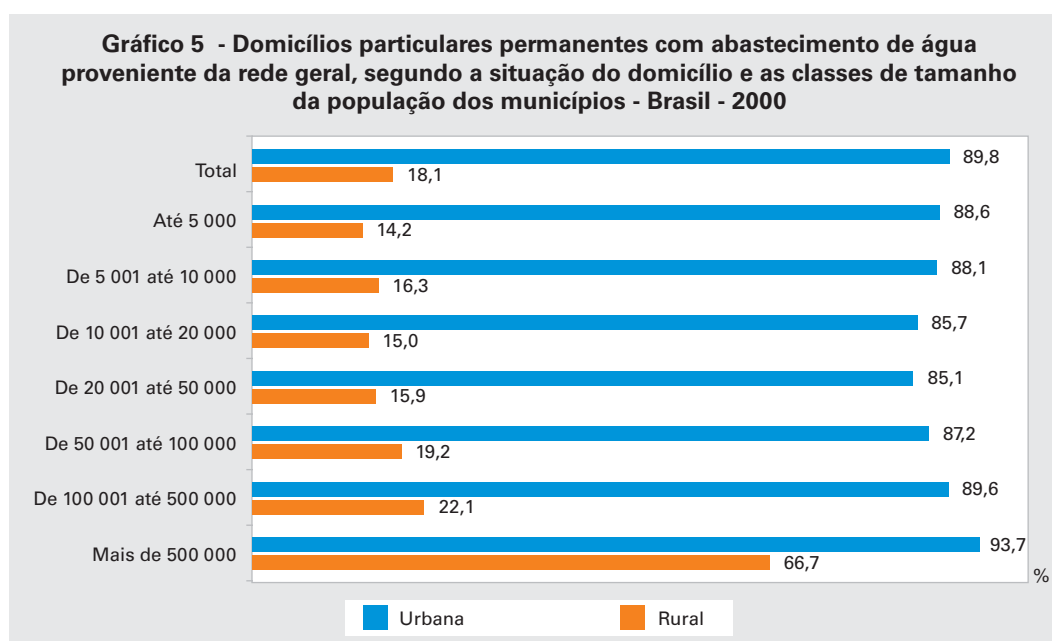
³ Para a composição do rendimento domiciliar, o conceito de domicílio utilizado foi o de particular permanente e foram excluídos os pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos residentes nesses domicílios. Para análise do rendimento domiciliar, utilizou-se a distribuição dos domicílios por classes de salário mínimo, que na ocasião da investigação do censo era da ordem de R\$151,00 (cento e cinquenta e um reais).

Um outro indicador importante na caracterização dos domicílios e também indicativo da qualidade de vida das pessoas é o número médio de moradores por domicílio. No Brasil, esse número era de 3,7 em média, não havendo grande variação entre os portes populacionais. Entretanto, na desagregação desse indicador por classes de rendimento domiciliar *per capita*, observa-se que, de fato, a densidade de moradores é mais elevada nos domicílios com menor rendimento, passando de 4,8 nos domicílios cujo rendimento era de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo *per capita* para 2,9 nos domicílios, com mais de 3 salários mínimos *per capita*. Nas Regiões Norte e Nordeste, o número médio de moradores é mais elevado que a média brasileira, sendo 4,5 e 4,1, respectivamente.

Saneamento

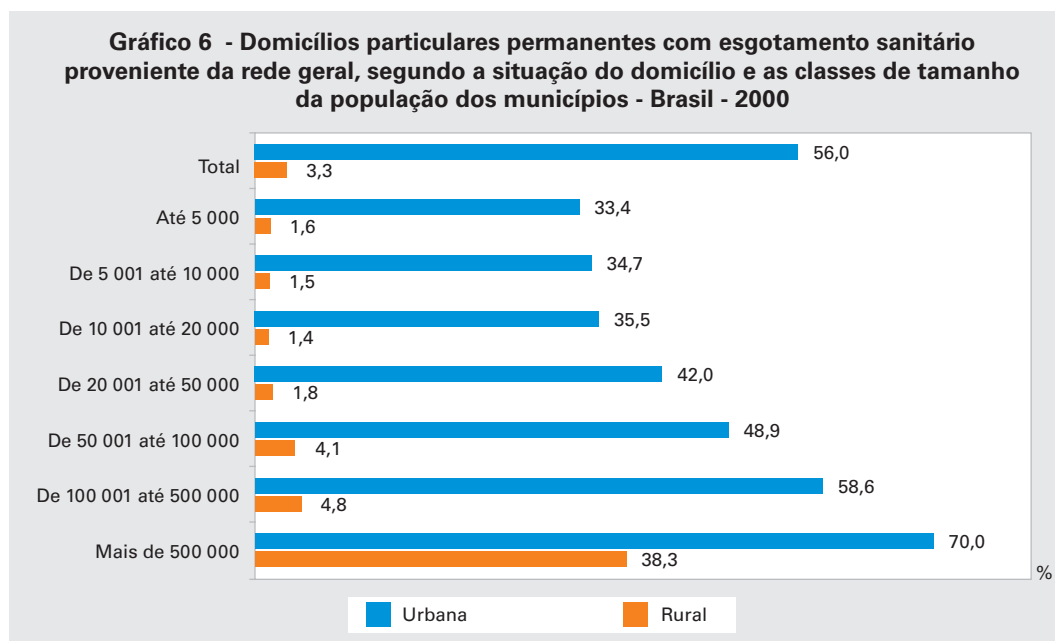
Os dados sobre as condições de saneamento básico dos domicílios são apresentados tendo como variável de controle a situação do domicílio, dadas as diferenças entre o campo e a cidade que revelam algumas diferenciações importantes. A quase totalidade dos municípios possuía mais de 90% dos domicílios urbanos ligados à rede geral de abastecimento de água.

Nos domicílios rurais, o abastecimento de água por essa modalidade é muito mais restrito, variando de 14,2% nos municípios de pequeno porte a 66,7% naqueles mais populosos. Nos demais casos, o abastecimento de água se dava tanto por meio de poço ou nascente como por meio de alguma outra forma de abastecimento - reservatório, chuvas, carro-pipa, poço ou nascente localizado fora do terreno ou da propriedade em que o domicílio estava construído (Gráfico 5).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

O esgotamento sanitário advindo da rede geral ainda é um serviço precário chegando, em média, a 56% dos domicílios urbanos, não sendo registradas diferenças significativas até o patamar de 20 000 habitantes. Nos municípios acima de 500 000 habitantes, a proporção atingiu 70%. Entretanto, o Censo de 2000 registrou ainda em áreas urbanas 1 072 868 domicílios sem instalação sanitária, sendo esta situação mais freqüente nos municípios menores (Gráfico 6).



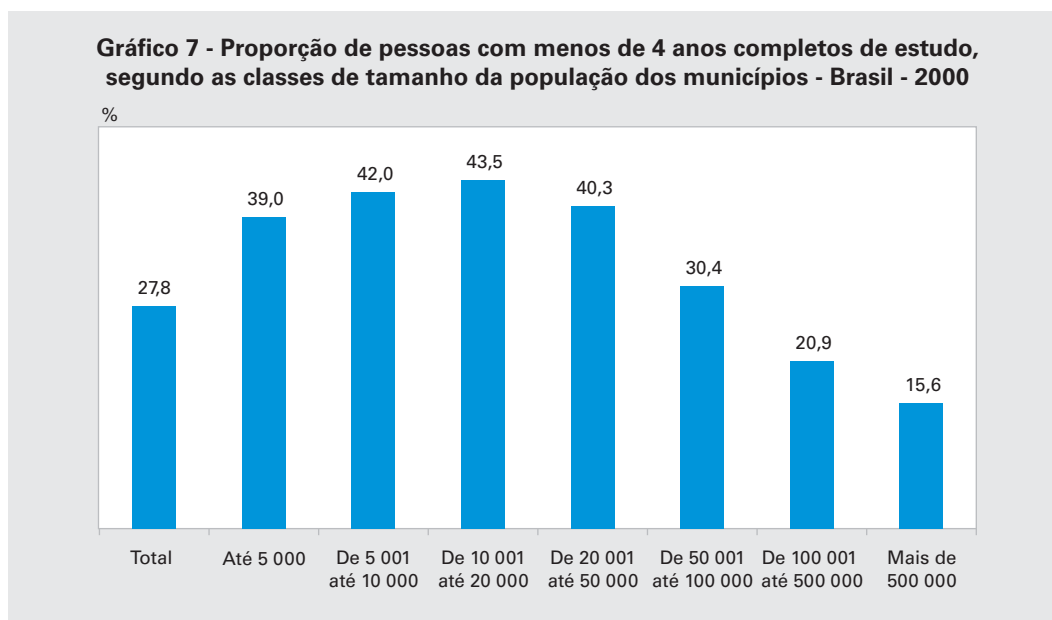
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nos domicílios rurais, essa situação é ainda mais expressiva, uma vez que apenas uma pequena parcela de municípios possuía esgotamento sanitário por rede geral. A maioria (51,8%) dos domicílios utilizava "outra forma" de esgotamento, isto é, reservatório, chuvas, carro-pipa, poço ou nascente localizado fora do terreno ou da propriedade em que o domicílio estava construído, conforme citado anteriormente. A elevada proporção de domicílios sem qualquer tipo de instalação sanitária ou banheiro (35,3%) corresponde a 2 632 440 unidades domiciliares.

Educação

Com relação às características educacionais da população brasileira, um indicador clássico refere-se à proporção de pessoas com menos de 4 anos de estudo completos. Esse fenômeno é conhecido como analfabetismo funcional, pois leva em consideração que o processo de alfabetização somente se consolida, de fato, entre as pessoas que completaram a 4ª série do ensino fundamental. O País apresentava 27,8% da população de 15 anos ou mais de idade nessa condição (28,6% para os homens e 27,1% para as mulheres). A

recorrência do analfabetismo funcional foi mais intensa nos municípios de menor porte populacional, passando de 39,0% nos municípios com até 5 000 habitantes até 15,6% nos municípios mais populosos, provavelmente, em função da menor oferta de ensino nestas localidades ou, até mesmo, de menores exigências destes mercados de trabalho (Gráfico 7).

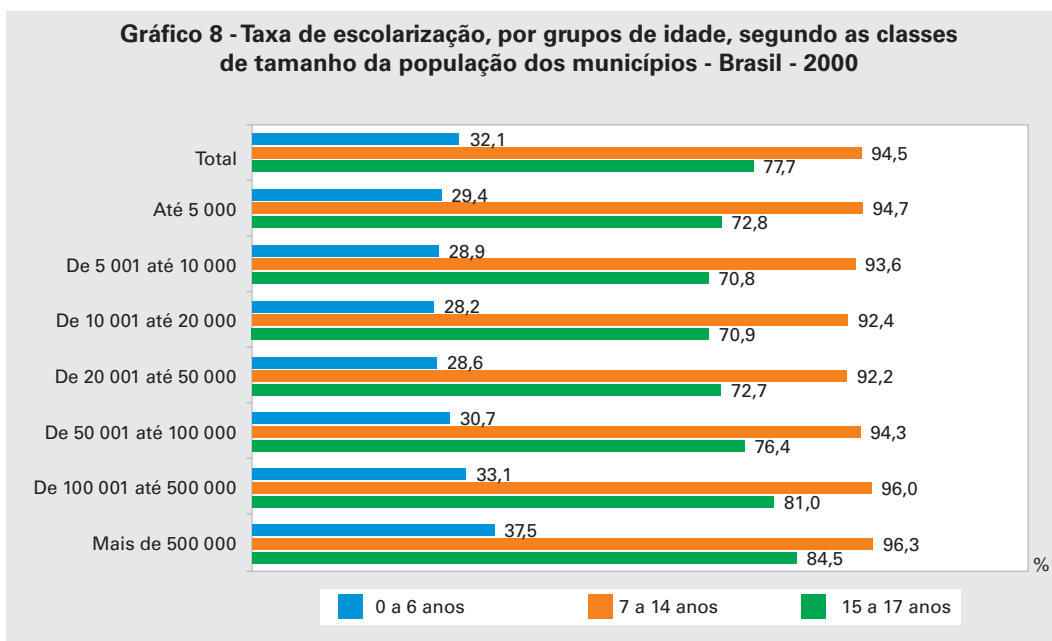


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Em termos de frequência escolar, a maior taxa de escolarização foi encontrada para as crianças em idade escolar correspondente ao ensino fundamental (7 a 14 anos de idade), sem grandes diferenciações entre os portes populacionais, resultado das políticas de expansão do acesso à escola em função da obrigatoriedade constitucional implementada, especialmente, na segunda metade da década de 1990.

A desagregação da taxa de escolarização por grupos de idade foi realizada em função do nível de ensino correspondente a cada grupo etário, segundo o sistema educacional brasileiro. Assim, é fácil verificar que existem gargalos no acesso à escola nas idades correspondentes à pré-escola (0 a 6 anos de idade) e no ensino médio (15 a 17 anos de idade), principalmente nos municípios de menor porte. Em média, cerca de 32,1% das crianças de 0 a 6 anos de idade estavam freqüentando estabelecimento de ensino, à exceção dos municípios com menos de 5 000 habitantes, onde 29,4% das crianças nessa idade estavam na escola (Gráfico 8).

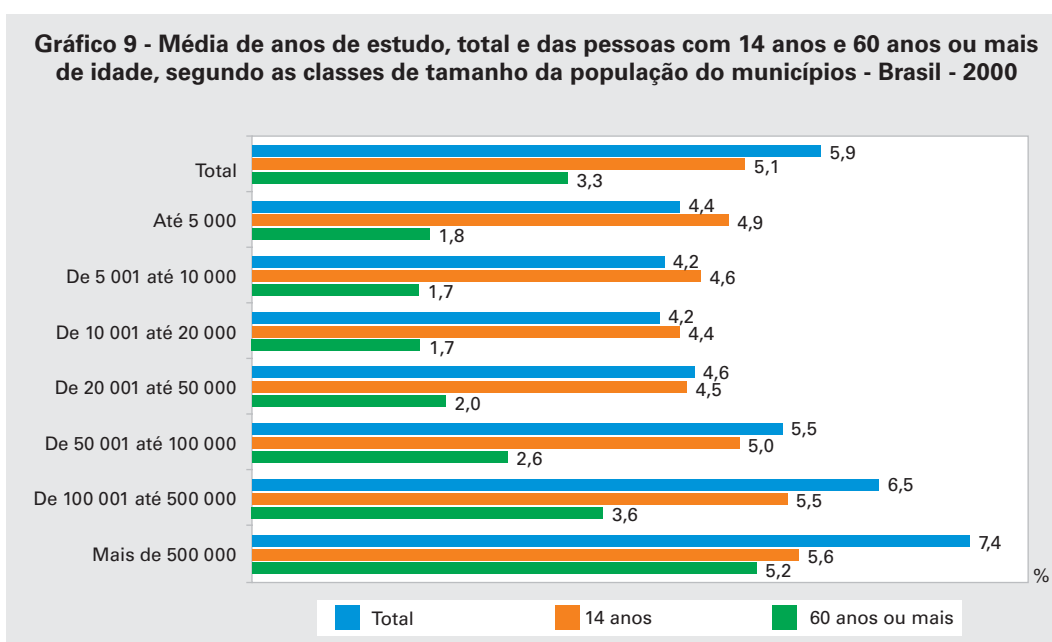
Entretanto, um dos maiores problemas da educação brasileira refere-se à forte defasagem escolar observada ao longo de todo sistema de ensino. Com 14 anos de idade, por exemplo, a média de anos de estudo deveria ser equivalente a 8 anos, período necessário para conclusão do ensino fundamental de acordo com a adequação idade-série do sistema educacional brasileiro. Porém, essa média de anos de estudo só foi atingida aos 18 anos de idade no



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Sudeste e Sul do Brasil. Nos municípios menos populosos a situação é ainda menos favorável: com 14 anos de idade, a média de anos de estudo variou de 4,4 a 4,9 contra 5,5 e 5,6 nos municípios com mais de 100 000 habitantes.

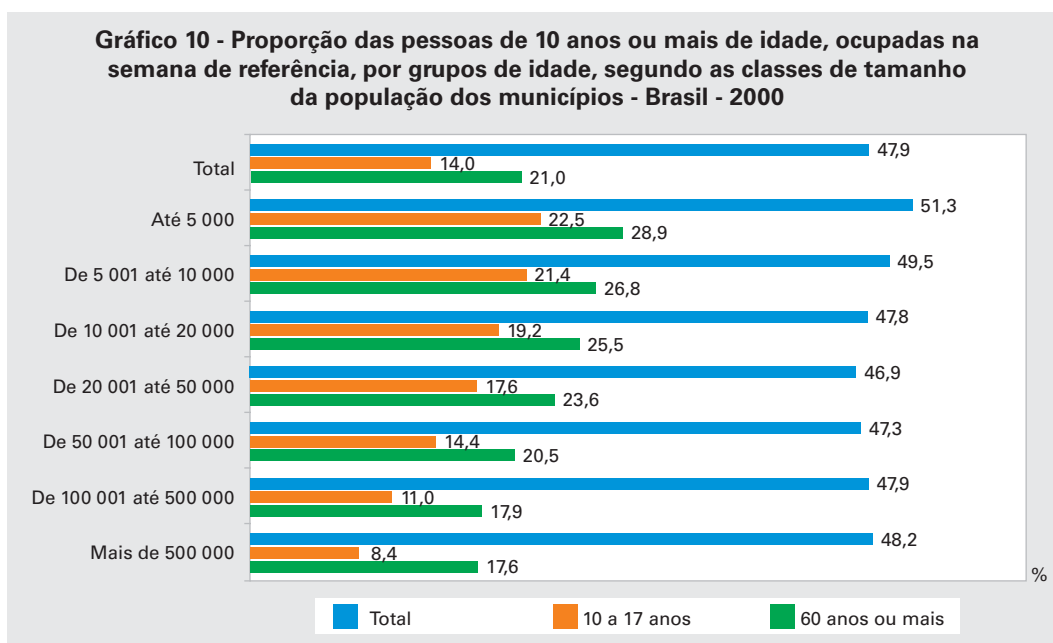
De uma forma geral, a média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade difere conforme o porte populacional. No Brasil, esta foi de 5,9 anos, sendo ainda bastante influenciada pela baixíssima média de anos de estudo dos idosos, que foi de 3,3 anos no conjunto do País, e de apenas 1,7 nos municípios com até 20 000 habitantes (Gráfico 9).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Mercado de trabalho

Os indicadores de mercado de trabalho são igualmente importantes para monitorar as condições de vida da população, principalmente se considerarmos que significativa parcela do rendimento domiciliar provém da atividade ou ocupação exercida pelos componentes do domicílio. Assim, a distribuição da população ocupada por grupos de idade revela alguns aspectos interessantes. Primeiramente, a ocupação dos jovens entre 10 e 17 anos de idade é mais recorrente nos municípios de menor porte populacional, com o nível da ocupação chegando a alcançar, aproximadamente, 22,5%, contra 8,4% nos municípios mais populosos, resultado da atividade econômica rural que emprega tradicionalmente crianças e jovens, geralmente, em empreendimentos familiares. Por outro lado, o grupo de idosos de 60 anos ou mais de idade apresenta também uma proporção maior de ocupados nos municípios menores do que naqueles de tamanho maior (Gráfico 10).

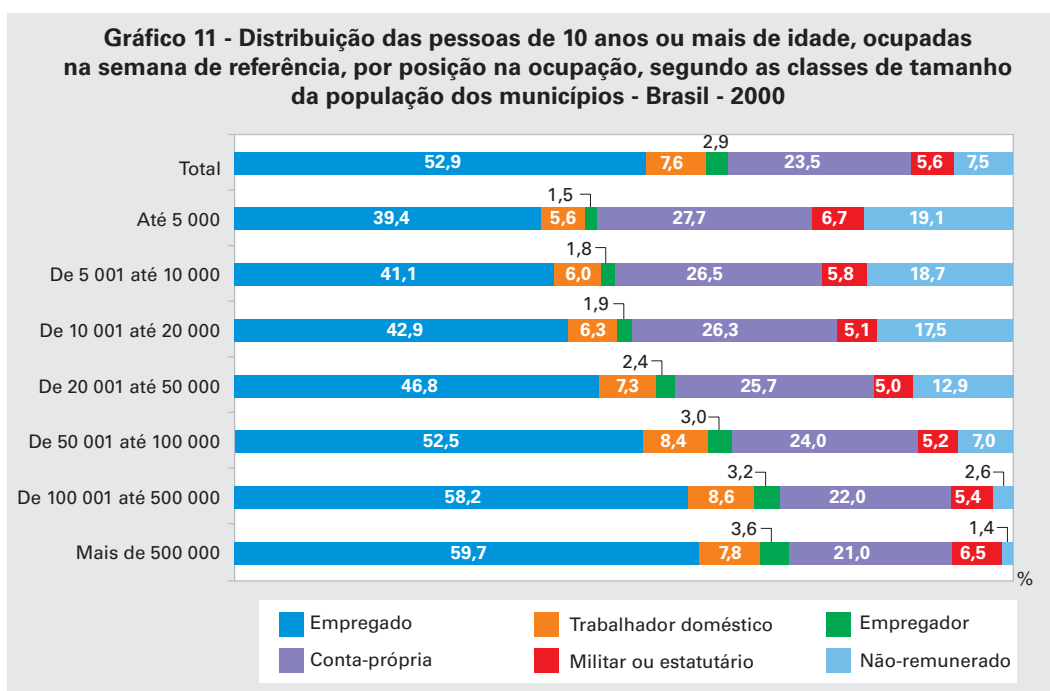


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

A análise da posição na ocupação é importante para o entendimento da composição da população ocupada nos municípios. De uma forma geral, a categoria de empregados é a mais representativa em todos os portes populacionais analisados. Na média brasileira, os empregados representavam mais da metade (52,9%) da população ocupada, com essa participação variando de 39,4% nos municípios menores, para 59,7% nos municípios maiores. A segunda categoria mais recorrente foi a de conta-própria, com pouca variação entre os portes populacionais.

Vale ressaltar que a proporção de pessoas ocupadas sem remuneração diminui à medida que aumenta a classe de tamanho populacional,

chegando a representar menos de 2% da população ocupada nos municípios menos populosos, enquanto nos menores alcança quase 20%. Tal fato se deve, em parte, ao perfil mais rural desses municípios, uma vez que é reconhecida a maior incidência de ocupação não-remunerada das pessoas nas atividades desenvolvidas por suas respectivas famílias no campo. Por outro lado, observa-se que a participação de trabalhadores domésticos é bem mais elevada nos municípios com mais de 100 000 habitantes (cerca de 8%), em contraste com o percentual encontrado nos municípios de menor porte populacional (Gráfico 11).

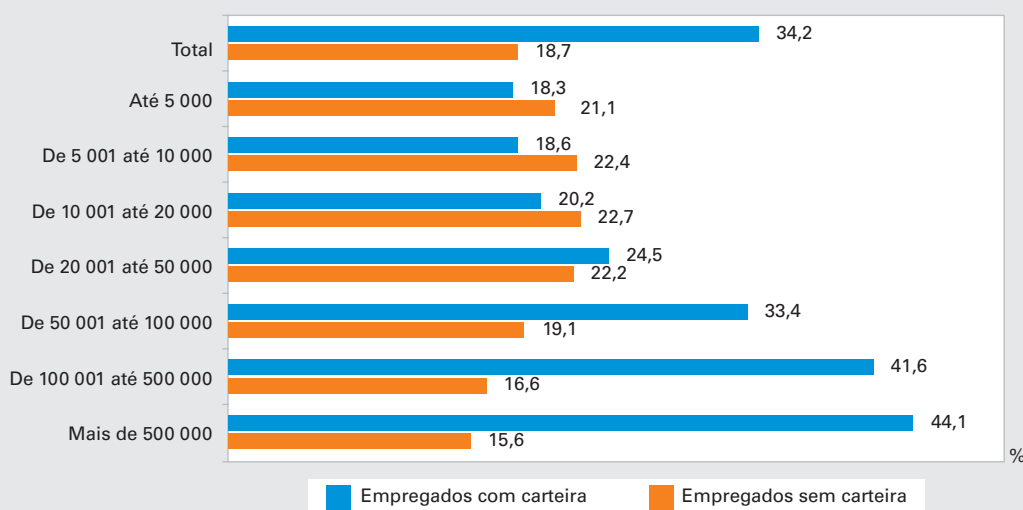


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Não obstante o alto percentual de empregados, é importante qualificar essa informação em termos da posse de carteira de trabalho assinada que, por sua vez, se encontra intimamente relacionada com a qualidade do emprego. De uma forma geral, o emprego sem carteira evidencia uma maior precarização das condições de trabalho e exige um menor nível de qualificação dos empregados. No Brasil, dos 52,9% de empregados, 34,2% possuíam carteira e 18,7% não possuíam. Nos municípios de até 20 000 habitantes, a participação dos sem carteira no total de empregados era superior à dos com carteira (Gráfico 12).

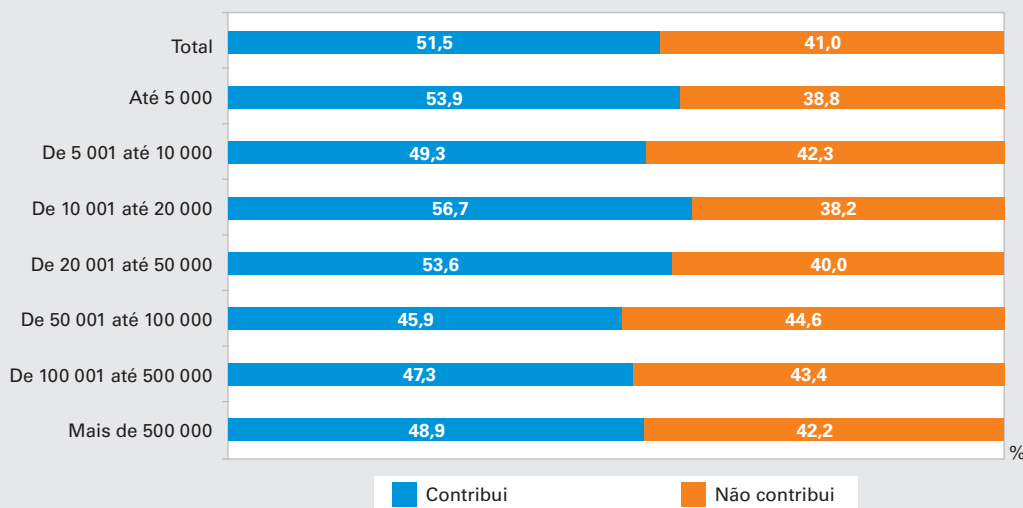
Uma outra questão importante relacionada ao mercado de trabalho diz respeito à contribuição para previdência social, que também reflete, em certa medida, o grau de formalização do mercado de trabalho. No Brasil, 51,5% da população ocupada contribuía para previdência social. Comparando as classes de tamanho de população, observa-se que não há grandes diferenças (Gráfico 13).

Gráfico 12 - Distribuição dos empregados, por posse de carteira de trabalho, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Gráfico 13 - Distribuição percentual das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2000

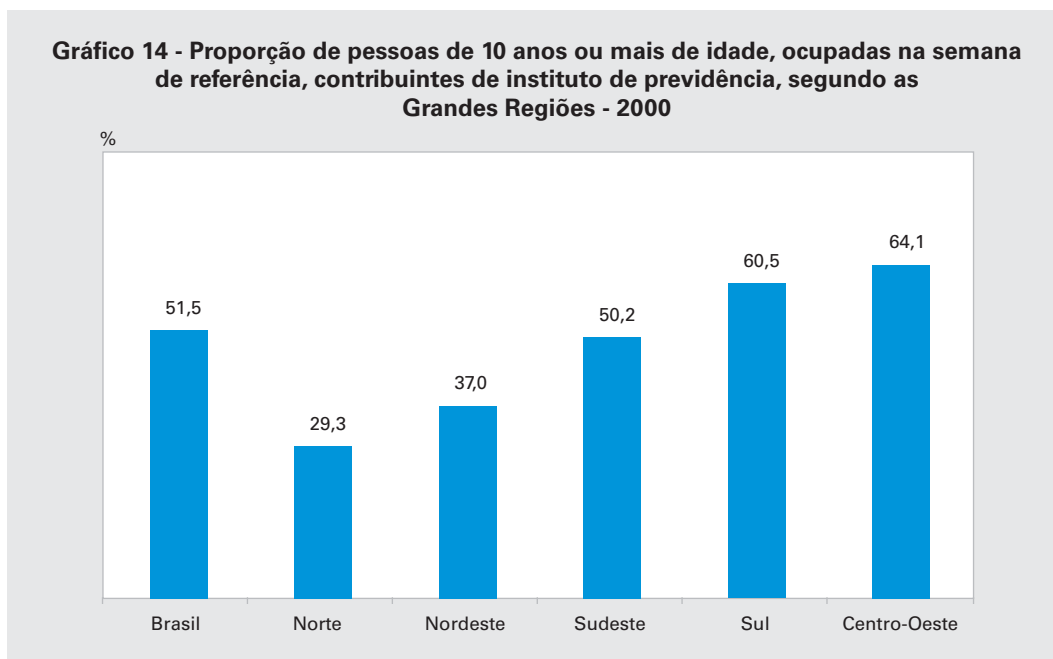


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

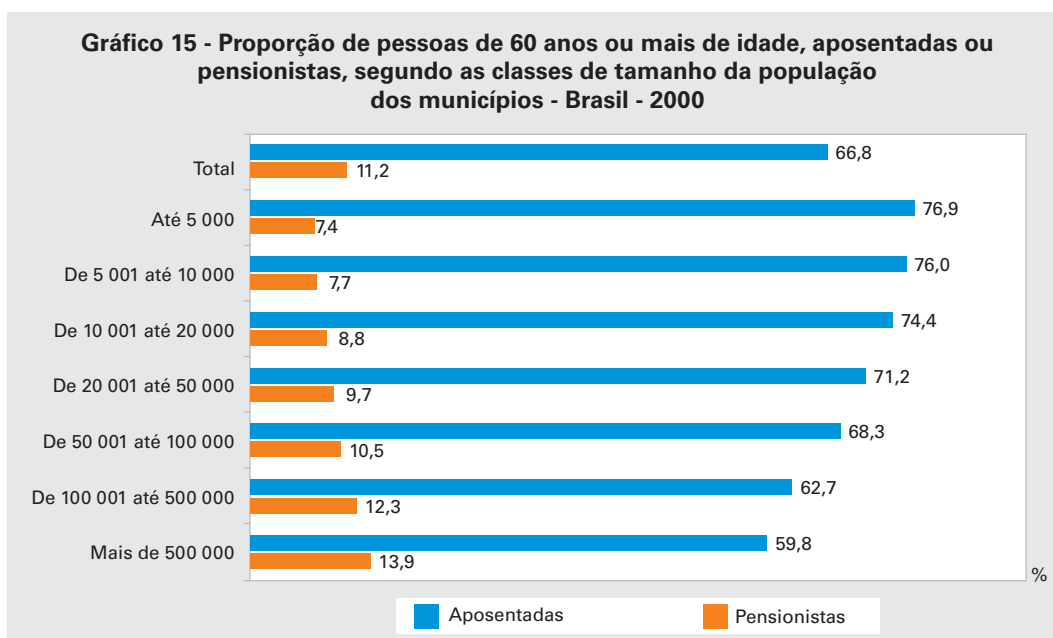
Regionalmente, os dados sobre contribuição previdenciária diferem, destacando-se o Norte do País com o percentual mais baixo de ocupados contribuintes (Gráfico 14).

Em termos de aposentadorias e pensões pagas pela previdência social, dentre as pessoas de 60 anos ou mais de idade, 66,8% se encontravam aposentadas e 11,2% eram pensionistas, segundo o Censo Demográfico 2000. A maior proporção de pensionistas mulheres remete à questão da maior expectativa de

vida observada para o sexo feminino, que faz com que seja expressivamente maior o contingente de viúvas. É interessante notar que enquanto a proporção de aposentados idosos diminui conforme aumenta o porte populacional dos municípios, o contrário ocorre com os pensionistas (Gráfico 15).



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

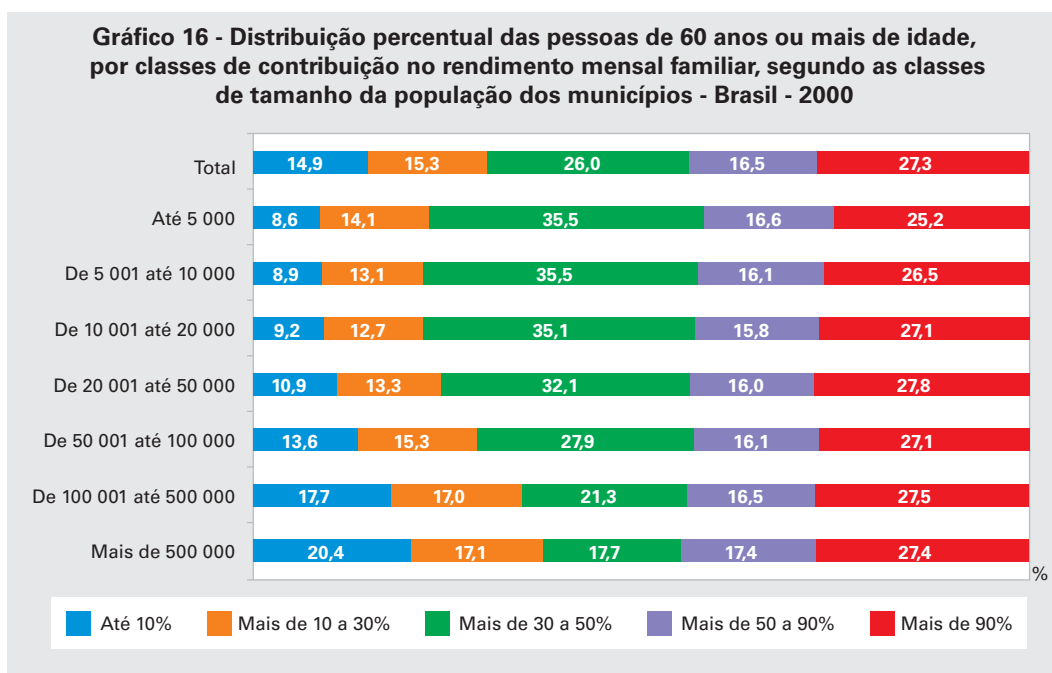


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

A maior incidência de aposentados nos municípios menores está provavelmente relacionada à universalização dos benefícios da seguridade social ocorrida durante a década de 1990. Considerando que esses municípios se caracterizam fundamentalmente como rurais, os idosos residentes nestas

localidades puderam se beneficiar do Programa de Assistência ao Trabalhador rural/Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (PRORURAL/FUNRURAL) que assistia a trabalhadores rurais, como agricultores, pescadores e garimpeiros. Com a Constituição de 1988, foi implantado o regime de universalização de atendimento aos idosos e inválidos do meio rural, com impactos significativos em termos de renda e bem-estar das famílias. Nos municípios maiores, portanto, onde predominam as ocupações urbanas e mercado de trabalho mais formal, o tempo de contribuição para instituto de previdência pode ser um fator relevante para explicar o percentual mais baixo de aposentados e pensionistas nestes municípios.

Nesse sentido, verifica-se a importância que o rendimento proveniente das aposentadorias tem na composição do rendimento familiar: cerca de 35% dos idosos nos municípios com até 20 000 habitantes contribuem entre 30% e 50% do rendimento mensal familiar, enquanto nos municípios com mais de 500 000 habitantes esse percentual é de 17,7% (Gráfico 16).

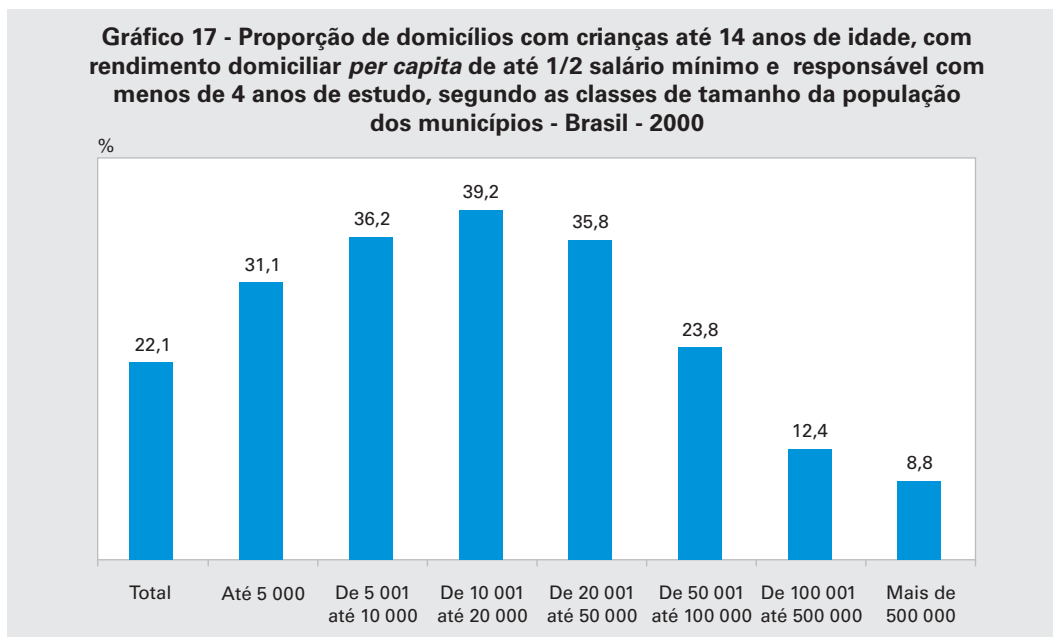


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Domicílios em condições de vulnerabilidade

Ao longo da análise do conjunto de indicadores propostos, buscou-se não só traçar um perfil da população residente em cada porte populacional, como também revelar algumas carências socioeconômicas existentes nos municípios. Como forma de identificar os domicílios com maior grau de vulnerabilidade, construiu-se um indicador, considerando três aspectos fundamentais: rendimento domiciliar de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*, pessoa responsável com menos de 4 anos completos de estudo, e a presença nos domicílios de crianças (até 14 anos de idade).

Assim, municípios com elevadas proporções de domicílios que atendessem, simultaneamente, essas três condições constituiriam potenciais alvos de políticas públicas específicas de inclusão social. Na média brasileira, 22,1% dos domicílios apresentavam maior grau de vulnerabilidade. Essa proporção tende a ser mais elevada nos municípios menos populosos, com menos de 20 000 habitantes, variando entre 30% e 40%. Nos municípios mais populosos, estas proporções são bem menos expressivas.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.